



SERJUSMIG

N O T Í C I A S

Sindicato dos Servidores da Justiça de 1ª Instância de Minas Gerais - Nº 131 - Abril/Maio de 2009

1º Concurso de Monografias

Para o Servidor Público Estadual de Minas Gerais

núcleo intersindical de
humanização do trabalho

Concurso promovido pelo SERJUSMIG em parceria com outras entidades terá prêmio de até R\$ 5 mil

Reunião:

Presidente do TJ responde aos itens da pauta de reivindicações da categoria.



Página 3

Governador Valadares:

Encontro Regional repete sucesso das edições anteriores.



Página 4

ADE:

Projeto é aprovado na primeira Comissão da ALMG.



Página 7

Editorial

Abuso de Poder é uma forma de Assédio Moral

Em diversas oportunidades o SERJUSMIG dedicou espaço neste periódico para homenagear magistrados que deram provas da verdadeira vocação para o exercício do cargo.

Profissionais sérios e dignos, que, humanos que são – sujeitos, portanto, aos limites do organismo –, sabem reconhecer que também os servidores estão sujeitos a essas limitações, especialmente diante das dificuldades de um Judiciário sobrecarregado e sem estrutura para oferecer condições plenas de exercerem suas funções.

Estes, para minimizar as dificuldades, investem num ambiente de harmonia, ouvem, orientam, procuram ajudar na solução dos conflitos e na superação dos problemas.

Entretanto, alguns justificam a fama de que fazem concurso para juiz e tomam posse como “Deus”.

Há situações acompanhadas pelo SERJUSMIG que são de deixar indignado qualquer cidadão que tenha um pouco que seja de fé na Justiça; desesperançado todo aquele que acredita que na Casa da Justiça encontrará a solução pacífica para seus conflitos.

É triste ver um servidor do Judiciário se unir ao coro dos desiludidos com a Instituição, por ser vítima da injustiça pelas mãos de alguém que, pelo dever do cargo que ocupa, deveria garantir a justiça.

É repugnante a atitude de alguns magistrados no trato com os servidores, às vezes também com seus próprios colegas e demais usuários do serviço judiciário.

Prepotência, arrogância, uso abusivo do Poder, são características destes maus representantes da classe e péssimos cidadãos.

Prestam um desserviço a todos àqueles que querem da sociedade o reconhecimento, respeito e confiança no Judiciário.

Com o “Poder” nas mãos, para satisfazer suas vaidades ou vontades, perseguem, prejudicam trabalhadores e suas famílias, fazem e acontecem, na certeza de que são deuses e de que podem fazer o que quiserem, pois, acima

deles, não há nada e nem ninguém.

Criam nos fóruns das Comarcas ambientes do mais puro terror. Administram pelo medo. Afirmam atuar com “energia” para serem respeitados. Mas, na verdade, são “carrascos” para serem temidos.

Penalizam servidores sem o devido processo legal, ou, desconsiderando o resultado de todo o processo de apuração das comissões; pesam as mãos nas penas para mostrar quem pode mais; perseguem; assustam; adoecem servidores, e pasmem, sem o menor sentimento de culpa, pois, afinal de contas, “Deus” é onipotente.

Não queremos dizer aqui que Magistrado não deve atuar de forma rigorosa em casos de má conduta funcional comprovada por meio do devido processo legal e respeitado o direito de ampla defesa.

O que estamos afirmando, é que na Casa da Justiça não é lugar para cometer injustiças, perseguir e prejudicar os seres humanos que se utilizam dos seus serviços ou nela trabalham.

E mais, que toda vez que o SERJUSMIG tomar conhecimento deste tipo de atitude, vai atuar firmemente e lutar com todas as armas que dispuser em defesa dos servidores.

Em defesa da categoria, buscará Justiça dentro ou fora da Casa da Justiça.

O SERJUSMIG repudia toda forma de Assédio Moral e o abuso de Poder é uma delas.

Por isso, companheiros e companheiras, unam-se contra toda e qualquer injustiça, ainda que hoje você não seja a vítima. Pois, o que está em jogo é o direito à dignidade e ao respeito.

Permitir que alguém aja livre e impunemente, atacando trabalhadores, espalhando o medo e usurpando do Poder, é, no mínimo, ser omissivo ou conivente. É permitir que a imagem do Poder Judiciário, do qual fazemos parte, seja denegrida, e mais, correr o risco de amanhã ser a próxima vítima.

Estejamos unidos no combate ao abuso do Poder e na defesa de um ambiente de trabalho livre do Assédio Moral.

Sandra Silvestrini
Presidente

Núcleo Intersindical de Humanização do Trabalho

Sindicatos se unem e lançam concurso de monografias

Concurso terá prêmio de até R\$ 5 mil



No dia 1º de abril, Grupo se reúne na sede do SERJUSMIG para tratar dos últimos detalhes do lançamento do Concurso de Monografias

O “Núcleo Intersindical de Humanização do Trabalho”, composto pelo SERJUSMIG, Sindfisco, Sindalém e Sinjus, lançou no dia 15 de abril o 1º Concurso de Monografias do Núcleo Intersindical de Humanização do Trabalho no Âmbito do Serviço Público.

O concurso foi idealizado pelo escritório Lucchesi Advogados Associados, que atualmente presta assessoria jurídica ao SERJUSMIG.

O intuito do concurso é incitar pesquisas sobre a vida funcional dos servidores estaduais de Minas Gerais ressaltando, entretanto, o ambiente de trabalho desses profissionais.

Desta forma, os trabalhos de monografia devem abordar os temas: “Assédio Moral no Serviço Público”, “Avaliação Periódica de Desempenho Individual do Servidor Público”, ou “Conteúdo do Princípio de Paridade e Integralidade Plena entre os Servidores Públicos Ativos, Inativos e Pensionistas”.

As inscrições estarão abertas até o dia 15 de julho/2009. Poderão inscrever os servidores ativos, aposentados ou pensionistas do funcionalismo público do estado de Minas.

Os trabalhos devem ser individuais, mas um mesmo autor poderá concorrer com monografias sobre mais de um dos temas propostos. Cada tema terá três trabalhos premiados, sendo que o 1º, 2º e 3º colocados receberão, respectivamente, 5 mil, 3 mil e 2 mil reais.

O edital do concurso está disponível no site www.serjusrmig.org.br.

SERJUSMIG
NOTÍCIAS

Sandra Margareth Silvestrini de Souza
Presidente
Luiz Fernando Pereira Souza
1º Vice-Presidente
Rui Viana da Silva
2º Vice-Presidente
Joyce Kelly Martins
3º Vice-Presidente
Cláudio de Andrade
Diretor Financeiro

Tatiana Correia Borges
Sub Diretora Financeira
Théo Lellis Alves Nardelli
Diretor de Recreação, Esporte, Lazer e Cultura
Willer Luciano Ferreira
Sub -Diretor de Recreação, Esporte, Lazer e Cultura
Denise Silvestrini de Campos
Diretora Secretária
Amauri Debussi
Sub Diretor Secretário

Simone Salgado Rodrigues Gomes
Diretora de Relações Públicas, Promoções e Eventos
Cleber Batista de Oliveira
Sub Diretor de Relações Públicas, Promoções e Eventos
Ana Maria Gomes de Souza Bertelli
Diretora Social
Kátia Maria Rabelo
Sub Diretora Social

Conselho Fiscal:

Efetivos
Maria Auxiliadora de Souza Teixeira
Luciano César
José de Queiroz Toledo
Enio de Senna Gomes Jr.
Ivana de Lourdes Reis da Silva
Antônio Anselmo de Sousa
Jorcelina Aparecida Ferreira

Suplentes
Jorge Antônio de Almeida
Maria Rosa Ribeiro Batista
Denise Gomes Soares
Monalisa Rocha Taveira
Senira Regina Rocha
Jaqueline Campos Paulino

Jornalista responsável:

Ariane Rosa Dias
MTB: MG 0699450 JP

Redação:

Ariane Rosa Dias,
Naiane Almeida
Fone: (31) 3025-3515
Fotos: Ariane Dias, Naiane Almeida e Franklin de Almeida

Estagiária: Naiane Almeida

Editoração Eletrônica:

Aluizio Viana - 9715-0455
E-mail: aluizioviana@gmail.com
Impressão: FUMARC
Tiragem: 9 mil exemplares



SERJUSMIG
Sindicato dos Servidores da Justiça
de 1ª Instância de Minas Gerais

Sindicato leva questionamentos ao presidente do TJMG

Na quarta-feira, 29/04, o SERJUMIG, representado por sua presidente, Sandra Margareth Silvestrini de Souza e pelo vice-presidente, Rui Viana, reuniu-se com o presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende, para tratar sobre diversos assuntos de extremo interesse da categoria.

Anteprojeto de alterações do Plano de Carreiras

Durante a reunião, o SERJUSMIG discutiu com o presidente o anteprojeto de alterações do Plano de Carreiras apresentado pela EJEF, contestando alguns de seus artigos e reivindicando a absorção das sugestões que apresentou. O presidente garantiu que não haverá aprovação do projeto sem discussão prévia com o Sindicato, na qual este terá a oportunidade de defender suas propostas.

Também presente à reunião, a secretária de planejamento e gestão, Maria Cecília Belo, asseverou que as reivindicações apresentadas pelo SERJUSMIG, inclusive as que demandam a edição de projeto de Lei, estão sob avaliação e que o Sindicato terá oportunidade de se manifestar.

Data-Base e política salarial

O SERJUSMIG reiterou sua reivindicação de instituição de uma data base para a categoria, com vistas a garantir uma política salarial que promova a recuperação das perdas. O presidente manifestou sua concordância à reivindicação.

ADE

O SERJUSMIG também aproveitou a oportunidade para cobrar agilidade no encaminhamento das informações solicitadas pelo deputado Dalmo Ribeiro, relator do PL do ADE (2.968/2009) na Comissão de Constituição e Justiça da ALMG.

Em resposta, a secretária de Planejamento esclareceu que a Dearhu estaria efetuando o levantamento dos dados necessários.

As informações foram prestadas ao parlamentar e o projeto colocado em votação em 02/06, na CCJ, onde foi apro-



Diretores do Sindicato buscam repostas do TJ sobre vários assuntos pendentes



A presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini, aponta ao desembargador as injustiças contidas no anteprojeto do Plano de Carreiras

vado com cinco emendas. (Veja mais na página 7)

Precariedade das instalações

O SERJUSMIG relatou ao presidente o trabalho de visitação que tem feito a várias Comarcas do Estado, e as graves situações constadas em algumas delas, mais recentemente, em Conceição das Alagoas, Coromandel e Poço Fundo.

O presidente informou ao SERJUSMIG sobre a existência de um estudo técnico realizado pelos setores competentes da instituição, no qual, dentro dos recursos financeiros disponíveis, foram definidas prioridades, incluindo obras de constru-

ção de novos prédios e reformas. Disse que determinaria a verificação dos casos citados pelo Sindicato, inclusive com a possibilidade de visitar a Comarca de Conceição das Alagoas.

Reajuste salarial e demais itens da Pauta

Os representantes sindicais reivindicaram ao presidente que, tão logo ocorra a reunião do governador do Estado com os chefes dos demais Poderes - na qual se discutirá o comportamento da receita do Estado -, agende nova reunião com a entidade.

Na oportunidade, o Sindicato pretende obter definição sobre os 7,5% de reajuste salarial previsto para julho e outras questões, tais como: a majoração do vale-lanche, instituição dos 20% de gratificação para gerentes de Secretarias, reajuste das diligências, além da regulamentação dos artigos 63 e 67 da Lei Complementar 105/08.

De acordo com o desembargador, a reunião com o Governo estaria prevista para final de maio e, imediatamente após a mesma, seria agendado novo encontro com o SERJUSMIG.

Até o fechamento desta edição a reunião entre os Chefes dos Poderes não havia acontecido.

Licença-maternidade

Outro ponto discutido no encontro foi a ampliação da licença-maternidade. O SERJUSMIG reiterou o pedido já apresentado por meio de requerimento administrativo, reuniões e ofícios que encaminhou à Casa, de ampliação do benefício às Servidoras do Judiciário mineiro. No último requerimento, o sindicato encaminhou ao presidente do TJ cópia do Ato Deliberativo da Mesa da ALMG (2441/2009), o qual institui o programa para prorrogação da licença-maternidade no âmbito daquele Poder.

Sérgio Resende disse que concorda plenamente com tal medida.

Na ocasião, a matéria ainda estava sob a apreciação do desembargador Dídimo Inocêncio de Oliveira.

No dia 13/05 foi colocado em votação o relatório do des. Dídimo na Comissão Administrativa, e, quando esta estava em 3 x 2 votos contrários, foi suspensa em função de um pedido de vistas.

Encontro Regional de Governador Valadares reúne cerca de 200 servidores

No último sábado (30/5), a Regional do Sindicato em Governador Valadares sediou o Encontro: SERJUSMIG, Eu integro esta força!

Além dos servidores da Comarca sede, o evento também contou com a participação de servidores das Comarcas de Açucena, Aimorés, Conselheiro Pena, Coronel Fabriciano, Galiléia, Guanhaes, Inhapim, Ipatinga, Itanhomi, Mantena, Mesquita, Resplendor, Sabinópolis, São João Evangelista, Tarumirim, Timóteo, Viginópolis.

Encontro debate temas importantes

Marca registrada do evento, os participantes receberam esclarecimentos e puderam debater com a direção da entidade temas importantes, dentre os quais: a implementação da segunda parcela do reajuste da categoria (7,5%); a proposta de alteração do Plano de Carreiras apresentada pela Ejef; a proposta de mudanças na carreira do Oficial de Apoio; o Projeto do ADE (Adicional de Desempenho); assédio moral no ambiente de Trabalho; alterações na Lei de Organização e Divisão Judiciárias - abrangendo também a discussão sobre os artigos que determinam a instituição dos 20% de Gratificação para Escrivães e Contadores e a exigência de 3º grau de escolaridade para o cargo de Oficial de Justiça; e a PEC 190/ 2007 - que determina que Lei Complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF), disporá sobre o Estatuto dos Servidores do Judiciário.

Novos servidores prestigiam o evento

A presença no evento de servidores aprovados nos últimos concursos do TJMG (2003 e 2006) foi muito expressiva, o que foi comemorado com muito entusiasmo pela diretoria do Sindicato e pelos participantes.

Ademais, o evento foi extremamente representativo, pois contou com servidores ocupantes de todos os cargos do quadro de pessoal da Justiça de 1º grau.

Os participantes tiveram oportu-



Servidores acompanham atentamente as palestras



Plenária cheia durante todo o Encontro



Presidente do Sindicato fala sobre Plano de Carreiras, ADE e esclarece dúvidas dos servidores

tunidade de conhecer um pouco mais sobre o trabalho de luta do SERJUSMIG, suas ações políticas, administrativas e judiciais em andamento.

Outro momento muito importante no Encontro foi a palestra sobre assédio moral, com o psicólogo e jornalista Arthur Lobato. Esclarecimentos sobre como se caracteriza o assédio e suas peculiaridades no ambiente público; os males e os prejuízos à saúde do trabalhador e, principalmente, como se prevenir contra essa prática foram prestados pelo palestrante.

Foi renovado o convite aos servidores para se inscreverem no concurso de monografias promovido pelo SERJUSMIG em parceria com outras entidades de classe, cujas informações estão disponíveis no site da entidade e foram enviadas aos delegados de todas as Comarcas.

Também a saúde do servidor foi tema tratado no evento, tendo a fisioterapeuta Sânia de Souza ensinado aos participantes um pouco mais sobre o uso da Ginástica Laboral como forma de prevenir doenças do trabalho e melhorar a qualidade de vida.

Falando sobre: "Consciência e Mudança de Comportamento", outra presença marcante no Encontro foi a do professor Júlio Machado.

Fechando o Encontro, o SERJUSMIG sorteou alguns brindes entre os participantes.

Os certificados de participação, que podem ser utilizados para contagem de pontos da Promoção Vertical, serão enviados, em breve, aos participantes, aos quais o SERJUSMIG volta a agradecer e parabenizar pela presença.

Próximo encontro será na Regional de Manhuaçu

O próximo Encontro acontecerá na Regional de Manhuaçu, no dia 27 de junho, onde o SERJUSMIG espera repetir o sucesso das demais edições.

O evento é um importante espaço democrático onde os servidores têm a oportunidade de sanar dúvidas e encaminhar sugestões diretamente à diretoria do sindicato.

Reunido com equipe da Ejef, SERJUSMIG reivindica definições sobre assuntos pendentes

No dia 24/03, a diretoria do SERJUSMIG, representada pela presidente, Sandra Silvestrini e os vices, Luiz Fernando Souza e Rui Viana, estiveram reunidos com integrantes da equipe da Ejef, Mônica Alexandra de Mendonça Terra e Almeida e Sá, Daniele Marques, Rita Bello e Madalena Garcia. Em pauta, os seguintes assuntos:

Requerimento Administrativo sobre padrões de substituição

O SERJUSMIG cobrou resposta sobre o Requerimento Administrativo protocolizado no TJMG em 27/11/2008, no qual a entidade pleiteia a revisão dos padrões de substituição do cargo de Técnico de Apoio Judicial e de Oficial de Apoio Judicial B. No requerimento, o Sindicato aponta falha na Resolução 367/01, que exigiu para a transformação do cargo de Técnico de Apoio Judicial em Oficial de Apoio Judicial B, além da vacância, o provimento por promoção vertical. A diretora executiva da Ejef disse que até aquela data não tinha ciência do expediente, mas se comprometeu em tentar localizá-lo e responder à entidade. Poucos dias após a reunião, o parecer a respeito do assunto foi enviado ao SERJUSMIG. O parecer foi contrário ao pleito do Sindicato, pelo que, seu Departamento Jurídico, esgotada a via administrativa, ingressou com Ação Judicial a respeito.

Vagas da PV

O SERJUSMIG, que já havia tratado a respeito do assunto com a Dearhu e a Seplag, voltou a contestar o número de vagas apontadas no edital de Promoção Vertical em andamento, relativo ao ano de 2006. Isso porque, em confronto com o resíduo de vagas dos editais passados, verifica-se que essas foram reduzidas sem um critério objetivo (alguns cargos em maior proporção do que os outros). A diretora executiva da Ejef informou que buscaria todos os esclarecimentos a respeito e, caso constatado erro, seria feita a retificação do edital.



Diretores do Sindicato solicitam atenção aos pleitos da 1ª Instância

Cursos superiores e pós-graduação à distância

Sobre a solicitação do SERJUSMIG de que a Escola Judicial realize parcerias com instituições de Ensino no sentido de oferecer cursos superiores e pós-graduação, sob o módulo semi-presencial, aos servidores do Judiciário mineiro, Mônica respondeu que a Ejef já estava em negociação neste sentido com a Puc Virtual e que havia previsão da abertura de duas turmas. Entretanto, o SERJUSMIG reivindicou a ampliação desse convênio para um maior número de vagas, se for o caso, com outras instituições, haja vista a necessidade dos servidores, especialmente os das Comarcas do interior do Estado que não contam com a oferta de faculdades. Neste sentido, o Sindicato se propôs, caso necessário, a ceder algumas unidades do Residencial Serjusmig para hospedar seus sindicalizados inscritos quando das aulas presenciais.

Pouco tempo após a reunião, a Ejef anunciou a abertura de dois cursos de pós-graduação, sendo um em Ciências Criminais e o outro, à distância, em Poder Judiciário, todos através da parceria com a Puc Minas. O SERJUSMIG aguar-

da que também os cursos de graduação superior sejam disponibilizados urgentemente.

Treinamento de Contadores

O SERJUSMIG reiterou a reivindicação de um curso destinado ao treinamento dos Contadores Judiciais, apresentada na primeira reunião com a Ejef, em 14 de agosto de 2008.

A informação foi de que o mesmo está entre as prioridades da Escola Judicial e ocorrerá ainda este ano, sendo que só não pôde ser realizado no ano passado devido a um acidente com o servidor que ministraria o curso.

LDOJ e Redesenho

De acordo com as técnicas, a Seplag encaminhou um ofício à Ejef solicitando que esta indicasse nomes para compor uma equipe conjunta com a Seplag, a fim de estudar as adaptações necessárias de forma implementar as medidas previstas nos artigos 58,63 e 67 da Lei Complementar 105/09.

A previsão é que até junho este estudo seja concluído.

Aplicação de pena em Processo Administrativo será regulamentada

No dia 7/5, o SERJUSMIG, representado por sua presidente, Sandra Silvestrini e o vice, Rui Viana, estiveram na Corregedoria-Geral de Justiça, onde foram tratar com o chefe de gabinete, Dr. Roberto Brant Rocha, sobre a Portaria nº. 2.294/2009, que institui Comissão para propor minuta de Resolução a fim de estabelecer o rito relativo ao processo de aplicação de pena disciplinar aos servidores, conforme determinado no parágrafo único do art. 299 da Lei de Divisão e Organização Judiciárias (LC59/01).

Os representantes do Sindicato apresentaram várias irregularidades apuradas pelo Sindicato em relação ao assunto.

Neste sentido, esclareceram que não é raro servidores serem punidos sem terem sido submetidos ao devido processo legal.

De acordo com a presidente do Sindicato, há casos em que sequer houve sindicância e, ainda assim, foi determinada a anotação de "pena" na ficha funcional de servidores, os quais, com isso, perderam progressões e promoções e tiveram que recorrer à Justiça para terem este erro reparado.

Há ainda casos em que os servidores são



Diretores do SERJUSMIG apresentam irregularidades em relação aos processos administrativos

considerados reincidentes em faltas funcionais pelo fato de já haverem sido punidos com pena de advertência. Porém, sem considerar que a advertência foi aplicada em falta administrativa diferente daquela em que o servidor foi punido, portanto, onde não é o caso de se aplicar o previsto no art.284 da LC 59/01.

Criticaram ainda o excesso de Processos Administrativos, que muitas vezes não

avaliam o contexto vivido pelo Judiciário mineiro hoje, onde, em meio ao grande volume de feitos e a falta de estrutura, o servidor está muito mais sujeito a erros. Alertaram para o fato de que o prejuízo do número indiscriminado de processos administrativos é também da sociedade, pois, com um quadro já defasado de funcionários, muitos têm que deixar suas atividades normais para compor comissões sindicantes ou processantes, em casos em que o diálogo poderia esclarecer e resolver. Ou seja, falta no Judiciário a prática da "Gestão de Pessoas", utilizada hoje na iniciativa privada ou em vários segmentos públicos, como uma das ferramentas mais eficazes para a solução de conflitos e obtenção dos resultados esperados.

O Dr. Roberto Brant ouviu atentamente as ponderações da entidade e esclareceu que a Comissão tem o propósito de elaborar essa regulamentação exatamente para evitar os freqüentes erros que têm sido cometidos. Informou que a idéia é expedir uma Resolução e, a seguir, uma cartilha a respeito, além da promoção de cursos a respeito do assunto.

De acordo com Brant, a Portaria deve ser publicada ainda no mês de junho.

Diretor do SERJUSMIG integra Grupo Gestor do programa de Sustentabilidade do TJMG

O 1º vice-presidente do SERJUSMIG, Luiz Fernando Souza, representará o Sindicato no Grupo Gestor do Programa de Sustentabilidade Legal do TJMG, instituído pela Portaria nº. 135/2008, em face da recomendação do Conselho Nacional de Justiça (nº11/2007).

O Programa tem o objetivo de implementar ações que visem à preservação e recuperação do meio ambiente, com a adoção de políticas públicas que promovam a sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

O Grupo, presidido pelo desembargador Luiz Audebert, é composto por desembargado-

res, juízes, técnicos de vários setores do TJMG e representantes de entidades sindicais. Conforme estabelecido na Portaria, o Grupo se reunirá mensalmente para planejar, elaborar e acompanhar as ações que visam, dentre outras, a economia dos recursos utilizados pelo Tribunal.

Segundo o art. 8º da referida Portaria, as instruções para alocação de recursos advindos da economia com a implantação deste programa serão objeto de análise do Grupo Gestor e proposição à Presidência do Tribunal, como também as áreas orçamentária e financeira do Tribunal de Justiça.

Segundo o vice-presidente, ainda não foi agendada reu-

nião do Grupo, após o convite oficializado em 5 de maio.

Enquanto isso, Luiz Fernando tem procurado se inteirar ainda mais sobre o tema, principalmente buscando sua aplicabilidade na gestão pública de forma a poder auxiliar o Grupo com idéias, sugestões e soluções para a economia de gastos do TJMG e conseqüentemente investimentos nos servidores.

Atendendo à reivindicação

A participação do SERJUSMIG no Grupo foi reivindicada diretamente ao presidente do TJ, na primeira reunião após sua posse, no dia 25/9/2008.

Na ocasião, a diretoria do Sindicato solicitava o reajuste do vale-refeição, auxílio creche, pagamento das horas extras, dentre outro, tendo o presidente e técnicos da Casa, mais uma vez, argumentado a falta de orçamento para atender às reivindicações. Entretanto, apontaram como uma possível solução um trabalho de todos os membros do Poder Judiciário no sentido de economizar recursos pagos com a rubrica de custeio. Desta forma, a presidente do Sindicato solicitou ao desembargador um compromisso de que realmente a economia conquistada pelo esforço dos serventuários fosse revertida em forma de benefícios a estes.

SERJUSMIG em alerta sobre mudanças no plano de carreiras

Servidores apresentam críticas e sugestões sobre a proposta de alteração do Plano de Carreiras

Desde que a Ejef apresentou sua proposta de alteração do Plano de Carreiras dos servidores do Judiciário mineiro, o SERJUSMIG iniciou um trabalho intenso junto ao TJMG, buscando corrigir as injustiças cometidas na mesma, em especial contra os servidores da 1ª Instância.

Neste sentido, encaminhou um estudo crítico acerca da proposta aos setores técnicos da Casa e reuniu-se com o presidente do TJMG, ao qual alertou para o fato de alguns artigos da proposta causarem prejuízos aos servidores da Justiça mineira e promover discriminação em relação ao quadro da 1ª Instância.

Durante a reunião com o presidente do TJMG, des. Sérgio Resende, a diretora da Seplag, Maria Cecília Bello, que estava saindo de férias, esclareceu que todas as ponderações feitas pelo SERJUSMIG estavam sendo analisadas e que, tão logo retornasse ao trabalho, as discutiria com o Sindicato e os demais setores envolvidos.

O presidente assegurou que não haveria aprovação da proposta sem prévia discussão com o Sindicato a respeito.



Análise das carreiras

O SERJUSMIG disponibilizou em seu site (www.serjuszmg.org.br) uma análise do anteprojeto apresentado pela Ejef, solicitando aos servidores da 1ª Instância que o analisassem atentamente e apresentassem propostas, sugestões e críticas através do e-mail planodecarreiras@serjuszmg.org.br

Além disso, iniciou um trabalho de avaliação individual de cada uma das carreiras dos

cargos integrantes do quadro de pessoal da 1ª Instância. Até o momento foram disponibilizados no site um estudo sobre as carreiras dos Oficiais de Apoio e dos Agentes Judiciários. Em breve, todas as demais carreiras serão contempladas.

Desde que as informações foram apresentadas no site, o Sindicato recebeu centenas de mensagens, contendo críticas a respeito das mudanças propostas e sugestões de emendas.

Conforme ficou demonstrado, a proposta de alteração do Plano de Carreiras apresentada pela Ejef **não contempla** as principais demandas dos servidores da 1ª Instância, portanto, é fundamental que a categoria se manifeste urgentemente, enviando sugestões e críticas para os e-mails:

SERJUSMIG:

planodecarreiras@serjuszmg.org.br

Presidente do TJMG:

falecompresidente@tjmg.jus.br

Ejef: ejef@tjmg.jus.br

Seplag: seplag@tjmg.jus.br

Projeto do ADE é aprovado na primeira Comissão da ALMG

Relatório do projeto na Comissão de Constituição e Justiça da ALMG não contempla emendas sugeridas pelo Sindicato

Finalmente, no dia 2 de junho, o PL 2968/09 - que trata da instituição do ADE no Judiciário mineiro - foi aprovado, com cinco emendas, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

O texto aprovado promove pequenas alterações, de forma a adequar às técnicas legislativas o projeto original, enviado pelo TJMG.

Em síntese, o relatório afirma que o projeto não apresentou vício de iniciativa, pois foi enviado pelo próprio Tribunal de Justiça e, ainda, que foram prestadas as informações sobre o impacto financeiro e orçamentário, em obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal, cujos dados deverão ser analisados pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Porém, infelizmente, não foram acatadas, nesta Comissão, as emendas defendidas pelos Sindicatos SERJUSMIG e Sinjus junto ao relator, as quais versam sobre a retroatividade do benefício e também mudanças no Anexo único do projeto (que faz referência aos percentuais do



SERJUSMIG acompanha votação do ADE na Assembleia Legislativa

ADE), de forma a instituir percentuais inteiros do adicional e não fracionados conforme prevê a redação original.

O SERJUSMIG continua sua luta na ALMG em favor das emendas sugeridas e não acatadas, e, para tanto, já visitou alguns membros da Comissão de Administração Pública.

O trabalho tem sido também no sentido de

acelerar a tramitação do projeto, evitando que os servidores do Judiciário mineiro acumulem ainda mais perdas em função do atraso de seu envio pelo TJMG. (Veja a cobertura completa destas reuniões no site do Sindicato e na próxima edição do jornal)

O Sindicato orienta os servidores a enviarem mensagens aos membros da próxima comissão, solicitando agilidade na votação do PL e, ainda, absorção das emendas sugeridas pelos Sindicatos SERJUSMIG e Sinjus.

As autoridades precisam ser alertadas sobre os prejuízos que o atraso na votação do ADE vem impondo à categoria. Afinal de contas, desde 2006 os servidores empossados em 2003 deveriam ter iniciado o recebimento do benefício e, aqueles cuja posse aconteceu em 2006, devem recebê-lo ainda neste ano de 2009.

É importante destacar que o Executivo, Ministério Público e ALMG já aprovaram o Adicional de Desempenho para seus servidores, e os do Judiciário, mais uma vez, são preteridos.

SERJUSMIG DENUNCIA AS PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Em visita às Comarcas do interior, SERJUSMIG denuncia problemas vivenciados pelos Servidores

Desde agosto do ano passado, o SERJUSMIG vem realizando, de forma assídua, viagens para esclarecer dúvidas, colher sugestões, apresentar o trabalho do sindicato e, principalmente, o trabalho a que os servidores do Judiciário mineiro estão submetidas

Nos meses de abril e maio deste ano, o SERJUSMIG, representado pelos vice-presidentes, Luiz Fernando de Souza e Rui Viana, além do funcionário do sindicato, Franklin de Almeida, visitou várias Comarcas do interior, dentre elas: Governador

Valadares, Conselheiro Pena, Presidente Olegário, Muriaé e Unaí, Bambuí e Iguatama.

Além de responder às principais dúvidas da categoria, principalmente no que diz respeito ao ADE, reajuste de 7,5%, Plano de Carreiras e Promoção

Vertical, o SERJUSMIG registrou as condições de trabalho em cada Comarca, fotografando o espaço físico, acervo processual, equipamentos de informática etc, para anexar aos relatórios/ofícios encaminhados ao TJMG solicitando providências.

SERJUSMIG se reúne com Deputado Weliton Prado para pedir apoio quanto às condições insalubres que vivem os servidores de diversas comarcas principalmente a de Coromandel.

No dia 31 de março, o 1º e 2º vice-presidentes do SERJUSMIG, reuniram-se com o deputado Weliton Prado (PT) para pedir apoio quanto às condições insalubres que vivem os servidores de diversas comarcas principalmente a de Coromandel.

Na ocasião, o deputado que sempre esteve ao lado dos interesses da categoria, garantiu que iria agendar uma visita à comarca de Coromandel no intuito de verificar a situação e tomar providências junto Legislativo e Executivo.



Conselheiro Pena



Presidente Olegário

Coromandel

Na Comarca de Coromandel as condições de manutenção do Fórum são lastimáveis. O prédio velho cheira a mofo, as secretarias não possuem circulação de ar adequada, o que leva a um ambiente propício a problemas de saúde. O espaço físico também é insuficiente para acomodar dignamente os servidores, jurisdicionados, advogados. E, se não bastasse tudo isso, a Comarca possui um enorme acervo processual e conta com poucos servidores, levando ao estresse qualquer trabalhador exposto a estas condições.

Não é por acaso que a comunidade local, bem como os advogados, magistrado, promotor e servidores aguardam com grande expectativa a instalação da nova vara prevista na Lei de Organização e Divisão Judiciárias.

Por várias vezes, o SERJUSMIG solicitou ao Tribunal medidas urgentes em relação aos problemas vivenciados pelos servidores na Comarca. Nas últimas



Servidores descrevem o caos que acontece na Comarca

reuniões com o presidente do TJ, desembargador Sérgio Resende, novamente o Sindicato alertou para a situação crítica de Coromandel. Na ocasião, o presidente informou sobre a existência de um estudo técnico realizado pelos setores competentes da Instituição, no qual, dentro dos recursos financeiros disponíveis, foram definidas prioridades, incluindo obras de construção de novos prédios e reformas.

O SERJUSMIG espera que o desembargador, diante da calamidade instaurada na Comarca de Coromandel, a tenha como prioridade nas suas ações de gestão.

Desespero

Comarca de Conceição das Alagoas em situação crítica

Conforme já divulgado pelo Serjusmig Notícias, na edição nº. 128, os servidores da Comarca de Conceição das Alagoas continuam enfrentando sérias dificuldades com a falta de pessoal e o grande número de processos.

De passagem pela Comarca, em trabalho, o subdiretor de recreação, esporte, lazer e cultura do SERJUSMIG, Willer Ferreira, presenciou o desespero dos servidores para dar conta da demanda de atendimento do balcão e movimentação dos processos.

Segundo relatou Willer, advogados se exaltavam com os servidores que tentavam, alguns em prantos, atender a todos no balcão.

Na Comarca tramitam atualmente cerca de 11.200 processos. E, a única Vara da Comarca continua com um número inferior de servidores ao desejado e previsto para a secretaria. Atualmente a secretaria conta com seis servidores, entretanto, dois deles prestam serviço para o Juizado e o outro em audiências.

Soma-se a tudo isso o problema da substituição da contadoria, que faz com que em época de férias do Contador a Secretaria perca mais um servidor para substituí-lo.

CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS SERVIDORES

Constata sérios

agens às Comarcas do interior, a fim
principalmente, verificar as condições de

úne com o deputado Weliton
apoio à comarca de Coromandel
Alagoas



Diretores do SERJUSMIG pedem apoio
do deputado na defesa das Comarcas

Alagoas continua

Segundo informações, o Tribunal abriu mais duas vagas de estagiário, mas tem sido difícil encontrar interessados. Até mesmo as vagas abertas para cargo efetivo, 3 no total, não são preenchidas por desinteresse dos servidores concursados. Desde julho do ano passado as vagas estão em aberto.

Espaço físico insuficiente, grande acervo processual e número reduzido de servidores, como trabalhar sem adoecer diante de tantos problemas?

E a instalação da nova Vara?

Após a divulgação da matéria no Jornal Serjusmig Notícias (edição nº 128), o TJMG tomou algumas providências, tais quais: a reforma do prédio, a melhoria nos equipamentos de informática, a autorização para contratar mais dois estagiários. Porém, ainda não se sabe quando será instalada a outra Vara prevista.

A instalação de uma outra vara amenizaria os problemas na Comarca e certamente melhoraria a prestação jurisdicional.

Falta de ventilação prejudica servidores do Juizado Cível do Gutierrez

Instalado em prédio de um antigo banco, Juizado Especial do Gutierrez não possui ventilação natural, o que torna obrigatório o uso do ar condicionado



Sem janelas, servidores sofrem com a falta
de manutenção do ar condicionado

Cerca de 76 servidores que trabalham no Juizado Especial do Gutierrez sofrem com a falta de ventilação no local de trabalho. As poucas janelas existentes na estrutura física do prédio não são suficientes para ventilar todo o local, fato que os obriga ao uso constante do ar condicionado. Além do quadro de servidores, trabalham no Juizado, juízes, defensores, funcionários terceirizados, funcionários da Asprom, estagiários de Direito, e um grande número de jurisdicionados que durante todo o dia circulam pelas dependências do prédio. Todos estes fatores oferecem sérios riscos para a saúde de todos que frequentam o prédio, principalmente dos funcionários durante a jornada de trabalho.

Segundo relato de alguns servidores, sobretudo no terceiro andar, há poucas janelas, o que leva ao uso do ar condicionado. Este, por sua vez, não é submetido a limpezas e faz muito barulho para funcionar, isso sem contar a falta de manutenção nos dutos de

ventilação que aumenta o risco de doenças respiratórias como a rinite alérgica e a sinusite.

Os servidores, através de abaixo-assinado dirigido à Gerência de saúde no trabalho (Gersat) e à Coordenação de saúde de Segurança no Trabalho (Cosat) solicitaram a inspeção de especialistas de segurança do trabalho para a verificação das instalações insalubres do local e o controle da qualidade do ar.

Em entrevista, o juiz coordenador dos Juizados Especiais, Vicente de Oliveira Silva, informou ao Serjusmig Notícias que foi encaminhado à Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial do TJMG (Dengep), o ofício (nº 83/2009), com a cópia do abaixo-assinado, requisitando providências urgentes para a troca dos filtros e limpeza dos dutos do sistema do ar condicionado.

O SERJUSMIG continuará acompanhando e cobrando a efetivação das providências que garantam melhores condições de trabalho aos servidores.

Trabalhando no limite

Servidores das Varas de Sucessões em BH enfrentam sérias dificuldades

Na segunda-feira (12/05), o SERJUSMIG esteve reunido, no Fórum Lafayette, com os Escrivães das quatro Varas de Sucessões e Ausência.

O intuito do encontro foi apurar as condições de trabalho dos servidores dessas Varas.

O Sindicato, representado por sua presidente, Sandra Margareth Silvestrini de Souza e dos vices, Luiz Fernando Souza e Rui Viana da Silva, ouviram dos Escrivães um relato sobre a rotina de trabalho naquelas Varas e, mais uma vez, o que a entidade pôde testemunhar foram muitas dificuldades enfrentadas pelos servidores para exercerem suas funções e oferecer a prestação jurisdicional desejada pelos usuários.

Espaços mal projetados, que necessitam, urgentemente, da visita de uma equipe técnica do TJMG que proponha um layout para otimizar o espaço; média de 5.600 processos que se acumulam por sobre mesas e cadeiras, dificultando o trânsito na Secretaria e promovendo uma sensação de desconforto aos servidores, que por mais que se esforcem, não têm como organizá-los; balcão o tempo inteiro lotado, com cerca de 200 atendimentos por dia; média de 1.400 petições protocolizadas ao mês em cada Secretaria, as quais chegam a conter tantas páginas que precisam ser autuadas em volumes (algumas com mais de 10 volumes), são um pouco, das muitas dificuldades enfrentadas pelos dedicados servidores.

O rito deste tipo de Ação, por si só, já exige vários atos de ofício. Num só processo há sempre a expedição de ofícios, alvarás, mandados, formais de partilhas o que não permite a finalização em tempo abreviado dos autos.

O problema não pára por aí. Como é inerente ao processo de inventário a disputa entre herdeiros, a ansiedade para se receber a herança, ou, ainda, para resolver outras pendências, a cobrança é constante no balcão e muitas vezes, exaltada. Por sua vez, os advogados, talvez pressionados pelas partes, também não costumam ser muito compreensivos e, em não conseguindo resolver “na hora” seus problemas, tendem a “reclamar na Corregedoria”.

Esta, por sua vez, determina aos Es-



Escrivães relatam as dificuldades aos diretores do SERJUSMIG



Sem espaço suficiente, processos são espalhados pelo chão, cadeiras e sobre as poucas mesas de trabalho



Advogados e partes disputam o limitado espaço no balcão, enquanto os servidores se desdobram para atendê-los. Em média são atendidas cerca de 200 pessoas por dia nos balcões das Varas de Sucessão

crivães que esclareçam os fatos e, então, dá-lhe mais trabalho, pois, para tal, é necessário parar as atividades diárias e fazer um

histórico a respeito do processo.

Para minimizar esta situação, como medida emergencial, seria necessária a disponibilização de pelo menos mais dois funcionários para cada Vara.

De acordo com os Escrivães, em não sendo possível que ambos sejam Oficiais de Apoio, que no mínimo fosse um Oficial de Apoio e um Mensageiro. Esta medida ajudaria.

Além disso, é necessário organizar o espaço físico por meio de um estudo técnico, o que refletirá, conseqüentemente, na melhoria das condições de desempenho das atividades.

Não custa também resolver questões simples de forma mais urgente, como, por exemplo, consertar os ventiladores estragados e devolvê-los às Secretarias. Afinal, trabalhar num local com essas condições e ainda sob um calor insuportável e com baixa circulação de ar, já beira à tortura.

Durante toda a reunião, o que ficou marcante foi a postura dos Gerentes em querer ver a Secretaria funcionando bem, atendendo a contento. Mostraram total disposição e empenho para tal, mas, diante de tantas dificuldades, acabam se sentindo impotentes.

Há disposição, vontade de fazer e fazer bem, boas idéias e soluções viáveis, portanto, é preciso uma atenção especial e apoio da administração do Poder Judiciário.

O SERJUSMIG registrou a situação em fotos e encaminhou um documento à direção do Foro de BH e ao TJMG solicitando adoção de medidas emergenciais.

Pesquisa realizada no Fórum de BH aponta vários problemas nas secretarias

Em fevereiro deste ano, o Sindicato reuniu-se com os Escrivães das Varas Cíveis de BH, que também sofrem com os problemas do acúmulo de trabalho e pouco espaço físico, dentre outros. A partir desta reunião, surgiu a ideia de uma pesquisa no Fórum de BH, cujos dados foram compilados em um relatório apontando os problemas e também sugestões para solucioná-los, sendo o documento protocolado junto à Corregedoria Ordinária Geral (Portaria nº 667/CGJ/2009).

Assembleia Geral Extraordinária

Servidores aprovam propositura de três Ações Judiciais e a criação de fundo de reserva

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 25 de abril, os servidores presentes aprovaram, por unanimidade, a propositura de 3 novas Ações Judiciais de cunho coletivo, além da criação do fundo de reserva para fins de contribuição previdenciária. Apenas um dos itens contidos no edital foi reprovado pela Assembleia: o que se refere ao ingresso de uma Ação Judicial em face ao Ipsemg.

O edital de convocação para a AGE foi publicado no Diário Oficial - Minas Gerais no dia 8/4 e jornal da entidade nº130.

Confira o resultado da AGE

A primeira Ação discutida e aprovada pelos servidores foi a Ação Ordinária e/ou outra Medida Judicial em face do Estado de Minas Gerais, pugnando pelo correto pagamento do abono-permanência na proporção de 20% da remuneração mensal e não 11%, quando os servidores públicos completarem o tempo para a aposentadoria integral e permanecerem na ativa.

A segunda Ação aprovada trata-se da Ação Ordinária e/ou outra Medida Judicial em face da União Federal, buscando a exclusão da parcela denominada abono-permanência na composição base de cálculo do imposto de renda, com a conseqüente devolução integral dos valores descontados nos contracheques de seus filiados-sindicalizados, a esse título.

A terceira Ação aprovada também por unanimidade se dará em desfavor do Estado de Minas Gerais e do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg, pugnando pela invalidação da indevida inclusão da remuneração de substituição na composição da base de cálculo da contribuição previdenciária,

com a conseqüente devolução integral dos valores pretéritos efetivamente cobrados e recolhidos nos contracheques de seus filiados, a esse título, daí decorrentes.

E, por fim, a Assembleia após discutir amplamente sobre a última Ação Judicial em desfavor do Estado de Minas Gerais e do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg, pugnando pela devolução dos efetivos descontos suportados pelos sindicalizados nos contracheques partir de janeiro de 2004 a título de contribuição do custeio compulsório da assistência saúde à razão da alíquota de 3,2%, a partir do mês de competência de janeiro de 2004, não a aprovou.

Apenas três servidores presentes foram a favor da propositura da Ação, os demais foram contrários, por entender que poderia haver risco aos servidores, caso a ADI que tramita no Supremo seja julgada improcedente, e, ainda, pelo fato de que poderia haver uma retirada grande de recursos do IPSEMG, precarizando-o, ainda mais, e prejudicando a todos aqueles que o utilizam ou necessitarão utiliza-lo.

Presidente do Conselho Fiscal alerta para isenção do IR no caso de licença saúde

Terminada a AGE, a presidente do Conselho Fiscal, Maria Auxiliadora de Souza, pediu a atenção dos colegas presentes para alertar sobre o assunto tratado pelo consultor previdenciário do SERJUSMIG, José Prata de Araújo, em sua última coluna publicada no jornal Serjusmig Notícias nº 130.

Em seu texto, o consultor afirma que no seu entendimento os servidores em licença para tratamento de saúde têm



Diretores do SERJUSMIG explicam as propostas das Ações Judiciais



Servidores debatem e votam itens da pauta da AGE

direito à isenção ao Imposto de Renda.

Em resposta, o Departamento Jurídico do SERJUSMIG, esclareceu que já protocolou Pedido Administrativo junto ao TJMG em nome de alguns servidores pleiteando o reembolso dos valores descontados a título de Imposto de Renda no período em que eles se encontravam de licença saúde.

O departamento jurídico do

SERJUSMIG orienta os servidores que estiveram afastados do trabalho em licença saúde, a entrar em contato com o Sindicato através dos telefones (31) 3025-3512, 3025-3511 ou e-mail: juridico@serjusmig.org.br.

O kit com as informações necessárias para entrar com o pedido administrativo no TJ se encontra disponível no site www.serjusmig.org.br - link ações judiciais.

PEC 190

Luta precisa ser intensificada

Desde o dia 27 de março deste ano, o presidente da Câmara Federal determinou a criação de uma Comissão destinada a analisar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 190/2007), que trata sobre a criação de uma Lei Complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF), para estabelecer o Estatuto dos Servidores do Judiciário.

Entretanto, até o momento, não foram indicados os nomes para compor essa Comissão e efetivamente iniciar os trabalhos.

Segundo as últimas informações, o Senador Gerson Camata e os deputados Camilo Cola e Capitão Assunção, se comprometeram em liderar a criação da "Frente Parlamentar Mista" pela aprovação da PEC 190.

Para que efetivamente os Servidores do Judiciário Nacional tenham chances de alcançar êxito nesta luta, o SERJUSMIG convoca a categoria a unir forças, enviando e-mails aos Congressistas, pedindo-lhes apoio, empenho e agilidade na tramitação da PEC.

Os endereços eletrônicos dos senadores e deputados po-



dem ser acessados através de dos sites: www.senado.gov.br e www.camara.gov.br.

Faça sua parte. Envie agora mesmo suas mensagens.

Fenajud entra com pedido de providência no CNJ

A FENAJUD protocolou um Pedido de Providências no Conselho Nacional de Justiça sobre a PEC 190/07.

Segundo nota técnica publicada no site da Federação, o motivo do Pedido é provocar o CNJ em relação ao assunto, uma vez que o presidente do Conselho Nacional de Justiça é o mesmo do STF - Ministro Gilmar Mendes, ao qual competirá a elaboração do Estatuto dos Servidores do Judiciário Nacional.

No dia 9 de junho, o CNJ deliberou a favor do Pedido de Providência com 11 votos dos 14 conselheiros deliberando uma nota técnica acerca da PEC 190. A posição favorável do CNJ é um passo muito importante para o futuro.

APOSENTADOS

PEC 270 terá comissão especial para analisar mérito da proposta

No dia 23/3, a Mesa Diretora da Câmara Federal aprovou a criação de uma Comissão Especial para analisar o mérito da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 270/2008. Essa PEC propõe proventos integrais aos aposentados por invalidez

permanente. O substitutivo a favor da PEC foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, em 2008.

Segundo informação da Mesa, os líderes de partidos devem indicar os membros para compor a Comissão e,

por consequência, definir o presidente e relator da proposta.

Até o fechamento desta edição, a Comissão ainda não havia começado a funcionar.

Desta forma, o SERJUSMIG convoca os servidores, especialmente os aposen-

tados por invalidez e enquadrados nas situações previstas na PEC 270/2008 a se mobilizarem, enviando e-mails aos deputados federais.

Vamos fortalecer esta luta e colocar um basta nas injustiças cometidas contra os aposentados por invalidez!

SERJUSMIG apóia mobilização de servidores

Servidores vão a Brasília em defesa da derrubada de veto

Com o apoio do SERJUSMIG, os Oficiais de Justiça, Walter Gonçalves de Moraes, da Comarca de Santos Dumont, Josué Ribeiro Roberto, de Santa Luzia e Gustavo Benedini, de Campestre, estiveram em Brasília, no dia 26 de maio, visitando vários deputados e solicitando apoio na derrubada do veto total do presidente Lula ao Projeto de Lei nº 107, que garantia a exigência do 3º grau para ingresso no cargo de Oficial de Justiça.

De acordo com relato dos Oficiais de Justiça Walter e Josué, em e-mail's encaminhados ao SERJUSMIG, a comitiva passou

o dia inteiro no Congresso Nacional, onde visitou 30 parlamentares, dentre eles, a deputada Jô Moraes e os deputados Fernando Diniz, Mário de Oliveira, Jaime de Oliveira, Luiz Fernando Faria, Júlio Delgado, Aracely de Paula, Ailton Freitas, Geraldo Thadeu, Paulo Abi-Ackel. Todos, segundo o servidor Walter, manifestaram apoio na derrubada do veto nº30.

O SERJUSMIG parabeniza a atuação desses servidores, que numa demonstração de total empenho e dedicação, não esperaram as coisas acontecerem, ao contrário,

vestiram a camisa, arregaçaram as mangas e não mediram esforços para defender o interesse da Classe de Oficiais de Justiça.

Para construir uma vitória coletiva, é preciso a contribuição individual de cada um dos interessados. Usando como um bom exemplo a ser seguido, o SERJUSMIG cita a frase do Oficial Walter, "ainda que seja um trabalho de formiguinha, acredito que as visitas em Brasília renderão frutos. Os contatos foram significativos e deixamos várias portas abertas para futuros pleitos".



Servidores reúnem-se com vários deputados

Veto nº30/2009

O Projeto de Lei nº 107/07 da Câmara dos Deputados Federais, que previa a exigência do bacharelado em Direito para ingresso no cargo de Oficial de Justiça em todo o país, foi vetado pelo

presidente da república no final de 2008.

O veto (30/08) agora será apreciado no Congresso Nacional pelos deputados e senadores.

Para que seja derrubado é necessária maioria absoluta, ou seja, cerca de 41 senadores e 257

deputados votando pelo NÃO (não manutenção do veto).

A votação é feita através de cédulas, onde os senadores e deputados marcam pelo sim, não, ou, abstenção. O voto é secreto.

Ipsemg

Coordenação Intersindical acompanha os procedimentos para a reforma do Hospital Governador Israel Pinheiro

Em 31 de março, o médico do Ipsemg, Luciano Dantes, solicitou uma reunião com a Coordenação Intersindical do Ipsemg para denunciar algumas irregularidades do Hospital Governador Israel Pinheiro (HGIP), em BH, além de apresentar seus argumentos quanto a sua discordância aos procedimentos adotados para reforma que ocorrerá no HGIP. O vice-presidente do SERJUSMIG e representante do sindicato na Coordenação, Luiz Fernando Souza, esteve presente na reunião para acompanhar as denúncias.

Sobre as irregularidades, Luciano Dantes destaca a falta de CTI, terceirização de diversos serviços, carência no atendimento e a existência de leitos que continuam fechados, o que inviabiliza o atendimento a pacientes que necessitam de cirurgias.

No que se refere à reforma do hospital, Luciano discorda quanto aos procedimentos adotados. Para o médico, a reforma deveria ser realizada por andar e não por alas, conforme prevê os engenheiros. O médico acredita que fazer a reforma por andar não prejudicaria na rotina do hospital.

Em uma nova reunião, mas desta vez com o engenheiro do Ipsemg, Adair Evangelhista Marques, foi apresentada à Coordenação Intersindical os procedimentos adotados para a reforma do hospital. Segundo o engenheiro, a reforma que será realizada por alas, irá minimizar as intervenções de manutenção predial que causa a interdição temporária de leitos hospitalares.

O SERJUSMIG continuará acompanhando os procedimentos da reforma a fim de garantir que estes prejudiquem o menos possível os usuários do Ipsemg.



Médico denuncia irregularidades no HGIP



Engenheiro presta esclarecimentos sobre obras no hospital

Marcação de consultas no Ipsemg serão feitas por telefone

Segundo informações do Ipsemg, desde fevereiro as consultas em BH estão sendo marcadas por telefone diretamente com o médico. A mudança ocorreu em virtude do aumento de atendimentos (715mil). Desta forma, os servidores deverão entrar na página do Instituto, clicar no link "Catálogo de Credenciados". Feito isto, aparecerá uma tela onde o interessado poderá buscar o profissional ou o serviço pelo qual procura pelo município, ramo, especialidade, bairro ou nome do credenciado. A marcação por telefone só é válida para a região metropolitana de Belo Horizonte.

Já para os servidores do interior, a marcação é feita por e-mail de uso exclusivo das agências do Ipsemg de cada cidade. Assim, o usuário deverá se dirigir às agências do Ipsemg da sua cidade munido da carteira de Identificação do Ipsemg e documento de identidade.

De acordo com os dados do Ipsemg, na capital, são cinco hospitais, 119 clínicas, 15 laboratórios e 62 médicos de diversas especialidades contratadas pelo Instituto. Já no interior, o Ipsemg conta com 168 hospitais, 470 clínicas, 488 laboratórios e 1.679 médicos espalhados por toda região metropolitana.

Informes da Comunicação

Jornal Serjuszmg Notícias agora é bimestral

Seguindo indicação dos servidores durante a Assembleia Geral do 10º Encontro de Delegados, no que se refere a investir mais no canal de informação do site, a diretoria do Sindicato decidiu por publicar o Jornal "Serjuszmg Notícias" a cada dois meses.

Desta forma, a diretoria espera economizar com os custos de correio e investir em outras ferramentas de comunicação com a categoria.

O departamento de comunicação aproveita a oportunidade para solicitar aos servidores que não desejarem receber

o Jornal impresso em suas residências que envie e-mail para administrativo@serjuszmg solicitando a exclusão do nome no cadastro.

Site do SERJUSMIG oferece envio de notícias por e-mail

Com o intuito de buscar uma comunicação mais dinâmica, o SERJUSMIG disponibilizou, há mais de seis meses em seu site www.serjuszmg.org.br, o link "Boletim Online", onde os servidores podem, após se cadastrarem, receber por e-mail todos os informes, notícias, coberturas de reuniões, convocação de mobilização, etc.

Os servidores que ainda não se cadastraram devem fazê-lo o mais breve possível. Sigam as instruções no próprio link, é fácil, prático e muito mais ágil.

Fala servidor

O SERJUSMIG, através de sua diretoria e departamento de comunicação, deseja saber do associado qual a sua opinião sobre o site da entidade bem como as suas sugestões para o aprimoramento deste canal de comunicação.

Sua opinião é muito importante para o Sindicato, pois é através dela que o departamento de comunicação reformulará a home page.

Mande suas sugestões para imprensa@serjuszmg.org.br

Instalação do Centro Integrado da Mulher, motivo para comemoração ou preocupação?

No dia 5 de junho, foi inaugurado o Centro Integrado de Atendimento à Mulher Vítima da Violência Doméstica e Familiar (CIM) em BH.

A notícia, a princípio, é para ser comemorada, principalmente pelo SERJUSMIG, que além de sempre ter se colocado em defesa da criação de Vara Especializada no combate à violência contra a mulher, representa uma categoria (servidores da Justiça de 1ª Instância), cuja maioria, atualmente, constitui-se de mulheres.

Entretanto, o Sindicato discorda da forma como foi instalado o referido Centro. Isto porque, para lotar os cargos previstos para o mesmo, foram retirados de outras Secretarias do Fórum da Capital servidores, especialmente das Secretarias Criminais.

Na tarde do dia 26/05, o SERJUSMIG se reuniu com o juiz

auxiliar e diretor do Foro de BH, Dr. Marco Aurélio Ferenzini, e registrou sua discordância com a medida. No mesmo sentido, oficiou ao presidente do TJMG, des. Sérgio Resende.

Ação paliativa não soluciona o problema

Se por um lado a sociedade pode respirar mais aliviada e festejar a instalação de um Centro em combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, por outro, deve se preocupar, doravante, com a tramitação dos feitos afetos às Varas Criminais de BH.

São poucas as Varas que têm conseguido manter em dia a tramitação dos processos que lhes são distribuídos mensalmente.

Recentemente o SERJUSMIG denunciou a falta de condições de trabalho nas Varas Cíveis e também nas de Sucessões e

Ausência de BH. Falta pessoal, equipamento, espaço físico e sobram processos e cobranças, situação vivenciada pela grande maioria das Comarcas do Estado.

O fato é que é imperioso proteger as mulheres, de acordo com as determinações colocadas pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) contra qualquer tipo de violência e opressão. Mas, para tanto, que o Poder Público forneça os meios necessários.

Agir de forma paliativa, como no caso, desprovido outras Secretarias, não resolve o problema, apenas causa uma falsa impressão de solução.

A Justiça de 1ª Instância quase quadruplicou o número de distribuição de processos nos últimos nove anos. Entretanto, o número de Servidores, sequer duplicou no mesmo período.

Ao longo dos últimos anos, foram "criadas e instaladas"

novas Varas, porém, o quadro de servidores permanece praticamente o mesmo.

No final, para a sociedade as efetivas mudanças e melhorias acabam ficando apenas nos discursos das solenidades de instalação, aumentando a sensação de impunidade. E, para o servidor, resta o ônus de suportar uma carga desumana de trabalho, comprometendo sua saúde e, ainda, em muitas ocasiões, sendo responsabilizado pela morosidade da Justiça.

A sociedade e os servidores do Judiciário merecem ser tratados com respeito. E, com toda a certeza, não é isto que vem ocorrendo com as "alternativas" que vêm sendo adotadas.

Em tempo: durante o fechamento desta edição, o SERJUSMIG recebeu a informação de que o TJ desistiu de retirar os servidores das Secretarias Criminais.

SERJUSMIG recebe visita de comitiva de Servidores da Bahia

Membros da Comissão de Enquadramento do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Judiciário da Bahia, Edileusa Oliveira e Luciene Meirelles (representando o Tribunal/IPRAJ), Elisabete Rangel e Gonzalo de Alarcon (Sintaj) e a presidente do Sinpojud e da Fenajud, Maria José Silva, acompanhada por José Walquimar Sales (Sinpojud), estiveram em BH, no dia 21/5, visitando o TJMG, com a finalidade de avaliar o Plano de Carreiras



Representantes do Judiciário baiano conhecem o plano de carreiras dos servidores de Minas Gerais

são levou uma cópia do Plano de Carreiras dos servidores do Judiciário mineiro, a fim de avaliarem os pontos que deverão servir de modelo para o enquadramento do PCS Baiano.

dos Servidores do Órgão. Na ocasião, os membros da Comissão aproveitaram para visitar o SERJUSMIG onde trocaram idéias sobre vários assuntos, inclusive a tabela de vencimentos, Avaliação de Desempenho (AVD) e outros. A Comissão



A Assistente Social da Comarca de Esmeraldas, **Regina Aparecida Costa Soares Lara**, tem interesse em permutar para a Comarca de Belo Horizonte. Para mais informações entrar em contato pelos telefones: (31) 3522-6290 ou 9958-1034.

A Oficiala de Apoio Judicial D da Comarca de Contagem, **Leila Francisca Gaia Fantoni**, tem interesse em permutar para a Comarca de Montes Claros ou Brasília de Minas. Para mais informações entrar em contato pelos telefones: (31) 3355-5993 ou (31) 9795-8208.

A Oficiala de Apoio da Comarca de Contagem, **Yolanda Maia Santos**, tem interesse em permutar para a Comarca de Luz. Para mais informações entrar em contato através dos telefones: (31) 9789-9876.



Diferenças entre as duas aposentadorias integrais

São duas as regras de aposentadoria integrais existentes: a da Emenda Constitucional 41 e a da Emenda Constitucional 47. Nesta coluna, publico um quadro com as diferenças entre as duas regras. Fica claro que a aposentadoria da Emenda Constitucional 47 é melhor porque permite a redução da idade mínima e, além disso, as pensões decorrentes dessa aposentadoria terão a paridade. Mas as regras de acesso à essa aposentadoria da Emenda 47 são mais restritivas: o tempo de serviço público é de 25 anos, o tempo na carreira é de 15 anos, e só tem direito a ela quem já era servidor público em 16-12-1998.

É o histórico de vida e profissional de cada servidor - idade, tempo de contribuição, tempo de serviço público, dentre outros -, que irá determinar o seu enquadramento em uma das duas regras da aposentadoria integral. Mas repito: sempre que puder, o servidor deve optar pela aposentadoria integral da Emenda Constitucional 47. Veja no quadro as diferenças.

Plantão telefônico

Estou diariamente à disposição dos associados do Serjasmig e de seus familiares num plantão telefônico, de 9 às 11:30 horas. O telefone para contato é: 31-3391.3623.

Itens	Aposentadoria integral - Emenda Constitucional 41	Aposentadoria integral - Emenda Constitucional 47
Data de vigência	Vigência em 31-12-2003	Aprovada em julho de 2005 com vigência retroativa a 31-12-2003
Quem tem direito	Quem já era servidor em 31-12-2003	Quem era servidor em 16-12-1998
Integralidade da aposentadoria	Garantia de integralidade	Garantia de integralidade
Paridade na aposentadoria	Garantia de paridade na aposentadoria com os servidores da ativa	Garantia de paridade na aposentadoria com os servidores da ativa
Anos de contribuição exigidos	35 anos de contribuição, se homem e 30 anos de contribuição, se mulher	35 anos de contribuição, se homem e 30 anos de contribuição, se mulher
Idade mínima	60 anos de idade, se homem e 55 anos de idade, se mulher, sem possibilidade de redução	Idade de 60 anos, se homem e de 55 anos, se mulher pode ser reduzida com o tempo adicional de contribuição
Tempo de serviço público	20 anos de serviço público	25 anos de serviço público
Tempo na carreira	10 anos na carreira	15 anos na carreira
Tempo no cargo	5 anos no cargo	5 anos no cargo
Reajuste das pensões	Pensões por morte resultantes dessa aposentadoria não terão a paridade e serão reajustadas pelo INPC	Pensões por morte resultantes dessa aposentadoria terão paridade com os servidores da ativa

Seguro Automóvel e Residencial em condições que você nunca viu!

O **SERJUSMIG** garante vantagens exclusivas para seus filiados em todo Estado de Minas Gerais

Ótimos descontos!

O benefício pode ser estendido aos pais, cônjuge e filhos

Saiba mais sobre este benefício: **0800 727 0484** www.mundiale.com.br

Promoção:



Prestação de Contas**Abril-Maio/2009**

O SERJUSMIG traz neste espaço a prestação de contas de todos os informativos, jornais, correspondências e fax enviados aos delegados sindicais durante os meses de abril e maio de 2009, para ciência dos servidores de suas comarcas.

Na edição 130º do "Serjuszumig Notícias" foram destaques: a proposta de alteração do Plano de Carreiras apresentada pela EJEF, Ação Judicial impetrada pelo SERJUSMIG em defesa dos aposentados por invalidez, encontro com os assistentes sociais em Varginha, reunião com o presidente do TJ que discutiu a majoração do valor das diligências, apontamento de vagas do edital da PV 2006, assuntos de interesse da categoria que foram tratados durante o Serin, relatório de denúncias, reclamações e sugestões à Corregedoria elaborado pelo Serjuszumig, pedido de ampliação de licença maternidade para servidoras do judiciário.

Informativos

Informativo 521 - O SERJUSMIG divulga o resultado da reunião do Ejeff realizada no dia 24 de março.

Informativo 522 - O SERJUSMIG lembra os servidores do judiciário que o estudo realizado pelo Sindicato sobre o projeto de alteração do Plano de Carreira está disponível no site do sindicato.

Informativo 523 - Sindicato convoca os servidores para a votação do ADE na Assembléia Legislativa.

NOTAS**Oficial de Apoio de Três Pontas é reeleito para a presidência da câmara***José Henrique Portugal*

O Oficial de Apoio da Comarca de Três Pontas e membro do Conselho Fiscal do SERJUSMIG, José Henrique Portugal, em 167 anos de história do legislativo municipal de Três Pontas, foi o segundo vereador a ser reeleito para a presidência da câmara, na qual presidirá a Mesa Diretora até 2010. A reeleição aconteceu em função do trabalho desempenhado por José Portugal no Judiciário trespontano e no Legislativo municipal desde 2005, sempre prezando pelo bem estar da população, sobretudo, das pessoas mais carentes e sofredas.

Em 2006, recebeu a medalha "Desembargador Ruy Gouthier Vilhea", outorgada pela Corregedoria Geral de Justiça do estado de Minas, por sua brilhante atuação no judiciário mineiro.

O SERJUSMIG parabeniza o colega Oficial de Apoio e vereador pelo belo trabalho em prol do Judiciário e da sociedade trespontana.

Oficial de Justiça da comarca Santos Dumont é destaque em lançamento de livro no Rio de Janeiro*Ronaldo Luiz de Souza*

Em 18 de abril deste ano, o oficial de justiça sanduemonense, Ronaldo Luiz de Souza, que já foi Delegado Sindical do SERJUSMIG na Comarca de Santos Dumont, lançou o livro "Solarium no espaço", da editora Multifoco, na Lapa, Rio de Janeiro. O livro é uma antologia de contos selecionados de Ficção Científica da qual participa. Atualmente, Ronaldo lançou duas antologias: a Réquiem para o Natal e Universo Paulistano pela Andross Editora e a antologia Contos Selecionados da Câmara Brasileira de Jovens Escritores.

Para mais informações visite o blog: Refúgio das Palavras (www.cantodetextosepalavras.blogspot.com).

Os livros podem ser adquiridos nos sites das editoras Multifoco (www.editoramultifoco.com.br) e Andross (www.andross.com.br).

Servidora agradece apoio dos diretores do SERJUSMIG*Em plena recuperação após intervenção cirúrgica, servidora agradece apoio do SERJUSMIG*

A Agente Judiciária, lotada no setor de atendimento ao cidadão no Fórum de BH, Maria de Jesus Rodrigues, fez questão de entregar pessoalmente uma carta de agradecimento aos vice-presidentes Luiz Fernando Souza e Rui Viana pela atenção e apoio recebidos do SERJUSMIG durante seu tratamento médico.

O SERJUSMIG acredita ser importante enfatizar sempre seu papel de entidade de classe, portanto, priorizando sua luta em prol de melhores condições de trabalho de seus filiados, mas, contudo, sem se esquecer de desempenhar também um papel social.

Servidores de Mantena lançam projeto "Acolher é amar"

No dia 2 de junho foi realizado no fórum de Mantena o lançamento do projeto "Acolher é amar", cujo objetivo é garantir o direito à convivência familiar e comunitária promovendo a guarda temporária de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, vítimas de violência doméstica que são afastados de suas famílias, com possibilidade de retorno, priorizando ações para reinserção destas crianças às suas famílias de origem.

A equipe do projeto, formada por uma assistente social, uma psicóloga, uma pedagoga e uma estagiária de serviço social será responsável por selecionar e cadastrar as famílias acolhedoras e por desenvolver um trabalho junto às famílias de origem e à estas famílias que estão recebendo as crianças como um ninho de proteção.

A responsável pelo Projeto é a assistente social judicial, Sirléia Márcia Valadares, juntamente com a assistente social judicial Fernanda Raquel Teixeira.

Falecimento

A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do SERJUSMIG lamentam profundamente o falecimento da Oficiala de Apoio da Comarca de Candeias, **Ana Bela Lopes Teixeira**, ocorrido no dia 17/03/09 e do Oficial de Justiça aposentado, **José da Cruz de Mattos**, da Comarca Poços de Caldas, ocorrido no dia 24/03/09.

ERRAMOS

Na última edição do Serjuszumig Notícias, na coluna Sindicato em Ação, a foto identificada como sendo da Comarca de Coromandel é, na realidade, da Comarca de Pará de Minas.

Veja ao lado a foto da Comarca de Coromandel.

**SERJUSMIG**
NOTÍCIAS

Sindicato dos Servidores da Justiça de 1º Instância do Estado de Minas Gerais
Av. Amazonas, 2.086 - Barro Preto
30180-003 Belo Horizonte - MG
www.serjuszumig.org.br
E-mail: serjuszumig@serjuszumig.org.br

Fone: (31) 3025-3500

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO Nº
7317396502
ECT - DR / MG
SERJUSMIG